



Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e da Juventude

5º Boletim Informativo do Caopij - Dezembro 2012 / Janeiro de 2013

Apresentação

É com satisfação que o Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude – CAOPIJ, inicia o ano de 2013 divulgando a quinta edição de seu Boletim Informativo (meses de Dezembro/Janeiro). O Boletim visa contribuir com o trabalho realizado pelas promotorias de justiça com atuação na defesa dos direitos de crianças e adolescentes e com outros órgãos e entidades, que com idênticos objetivos, buscam dar concretude aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Na sua quinta edição o Boletim Informativo do CAOPIJ traz como destaque a participação do CAOPIJ na reunião técnica da Rede Nacional de Defesa dos Adolescentes em Conflito com a Lei (RENADE) realizada em Palmas - TO. Traz, ainda, na seção Infância e Juventude em Foco, artigos e matérias sobre infância, adolescência e educação noticiadas em âmbito nacional, bem como notícias sobre a atuação de promotores e servidores do CAOPIJ ao longo dos meses de Dezembro de 2012 e janeiro de 2013.

Com votos de que o ano de 2013 seja de muitas realizações pessoais e profissionais à todos os membros e servidores do MP, e, especialmente, de que avancemos juntos na luta pela efetiva conquista dos direitos das crianças e adolescentes, no Tocantins e no Brasil, assegurando-lhes a prioridade absoluta prevista constitucionalmente, a Coordenação e Equipe do CAOPIJ deseja à todos uma BOA LEITURA!

Destaque

CAOPIJ participa da Reunião técnica da Rede Nacional de Defesa dos Adolescentes em Conflito com a Lei (RENADE) em Palmas-TO

Entre os dias 30 e 31 de janeiro, integrantes da Rede Nacional de Defesa dos Adolescentes em Conflito com a Lei (Renade) estiveram reunidos em Palmas-TO, com a finalidade de promover o fortalecimento da Rede e construir um plano de trabalho regional e nacional, para o ano de 2013, que apresentasse proposições de enfrentamento as graves violações aos direitos humanos de adolescentes em

processo socioeducativo, a partir da agenda nacional, pactuada na III oficina da Renade, realizada na cidade de Brasília em 2012.

Foram realizados diálogos sobre temas como justiça juvenil, Sinase e justiça restaurativa, com a finalidade de se construir os alinhavos conceituais necessários para a formulação do plano de incidência política para enfrentamento de PECs e Pls consideradas na contramão dos Direitos Humanos, e, ainda de proporcionar a integração das representações dos multi atores da Renade para fortalecer as ações em rede. Foram realizados também debates sobre a conjuntura atual de criminalização e encarceramento da adolescência e juventude brasileira.

Estiveram presentes na reunião cerca de 25 integrantes da Rede, entre representantes da Associação Nacional dos Centros de defesa da Criança e do Adolescente(Anced/

Seção DCI Brasil), Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e. Institucional (ABMP), Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, movimento de familiares, adolescentes, representantes regionais da Renade e outros convidados.

De acordo com Mônica Brito, analista do CAOPIJ e, ainda, representante da ANCED – Associação Nacional dos Centros de Defesa de Crianças e Adolescentes “ a Renade tem contribuído para fortalecer o movimento de defesa da

infância e adolescência em âmbito internacional e nacional e vem enfrentando de forma estrutural e conjuntural as diversas violações e ameaças aos adolescentes em sistema socioeducativo, além de dar visibilidade a temas polêmicos e difíceis como a criminalização e encarceramento da adolescência e juventude, redução da idade penal, psiquiatrização e outras”. Ademais, ressaltou a analista, “a participação dos analistas do CAOPIJ no evento permite à equipe a ampliação do conhecimento sobre temas importantes e atuais como o SINASE e o aprofundamento teórico, conceitual e estratégico, necessário para o bom desempenho de suas funções junto às Promotorias da Infância e Juventude no Estado”.

Infância e Juventude em Foco

OEA emite nova resolução mantendo medida provisória que obriga Estado brasileiro garantir a vida e a integridade física dos jovens privados de liberdade no Espírito Santo

Quinta-feira, 06/12/2012

A Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA renovou as medidas provisórias que determinam a obrigação do Estado brasileiro em adotar de forma imediata as medidas necessárias para proteger a vida e a integridade pessoal de todas as crianças e adolescentes privados de liberdade na Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS), em Cariacica, região metropolitana de Vitória, no Espírito Santo. A nova resolução tem vigência até 31 de agosto de 2013.

A resolução emitida em 20 de novembro e remetida ao Estado brasileiro no dia 4, é a quarta emitida pela Corte em relação a UNIS, o que demonstra falha do Estado em cumprir as suas determinações. Além disso, o Estado não apresentou à Corte informações detalhadas sobre as investigações decorrentes de atos de violência na UNIS, como as recorrentes denúncias de tortura, suicídios, tentativas de suicídio, auto mutilações, rebeliões entre outros. Nessa resolução a Corte

informa ao Estado que os beneficiários das medidas são todos os adolescentes internos na UNIS e aqueles que ali se encontravam em fevereiro de 2011 e transferidos para outras Unidades do IASES (Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo).

Em fevereiro de 2011, a Corte emitiu a primeira resolução exigindo que fossem adotadas medidas para proteger a vida e a integridade pessoal de toda e qualquer pessoa que se encontre na UNIS. Em setembro do

mesmo ano, a Corte reconheceu que “persistiram denúncias sobre fatos violentos dentro da UNIS”, fazendo referência a casos recentes de torturas e demais agressões apresentados pelos peticionários.

Em abril de 2012, a Corte renovou as medidas com base no entendimento que “os graves atos de automutilação e tentativas de suicídio” e novas denúncias sobre fatos violentos dentro na Unidade representam risco aos beneficiários das medidas provisórias.

A resolução da Corte da OEA é datada de 20 de novembro. Dia da Consciência Negra.

A situação da juventude capixaba é estarrecidora. Dados da Secretaria de

Direitos Humanos mostram que a cada 10 mil adolescentes, 13,4 cumprem medidas socioeducativas de restrição de liberdade. Além da política de encarceramento em massa da juventude, informações do Mapa da Violência 2012 – A Cor dos Homicídios no Brasil revelam que em Vitória, capital do Espírito Santo, as maiores vítimas de violência são os jovens negros. A cada oito jovens assassinados sete eram negros e um era branco.

Histórico

Diante do histórico de tortura e maus-tratos na UNIS, onde apenas entre abril e julho de 2009 três homicídios de adolescentes foram registrados, o Centro de Defesa de Direitos Humanos da Serra (CDDH/

Serra) e a Justiça Global, em parceria com a Pastoral do Menor e com o apoio da Clínica Internacional de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard, encaminharam denúncia sobre a UNIS ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos outorgou medidas cautelares em benefício das crianças e adolescentes. Constatado o descumprimento da determinação, a Comissão então encaminhou um pedido de medidas provisórias à Corte.

Fonte: Justiça Global

Campanha para proteger direitos da infância no carnaval

Terça-feira, 23/01/2013

As redes nacionais de proteção aos direitos da infância e da adolescência promovem para o Carnaval de 2013 a campanha Brinque o Carnaval sem Brincar com os Direitos das Crianças e dos Adolescentes. O objetivo é proteger os menores contra o trabalho infantil, a violência sexual, o tráfico para fins de exploração, entre outros tipos de violação.

Estão sendo divulgadas ilustrações com imagens de manifestações culturais e de personagens tipicamente brasileiras – como a baiana, o frevo, o palhaço e o boi-bumbá –, que podem ser baixadas pela

internet para uso como avatar - imagens usadas no lugar das fotos pessoais em perfis de redes sociais, em blogs ou em páginas na internet em geral.

A campanha atende ao Artigo 227 da Constituição Federal, que informa ser dever da família e da sociedade assegurar à criança e ao adolescente, entre outras coisas, o direito à dignidade, a salvo de toda forma de exploração, violência e crueldade.

As denúncias de casos de violação desses direitos podem ser feitas no Disque Denúncia da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), o

Disque 100; na própria página do Disque 100 na internet (<http://www.disque100.gov.br/>); em delegacias das polícias civil e militar, e nos conselhos tutelares.

De acordo com a secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPeti), Isa de Oliveira, o fórum tem constatado recorrentemente a presença de crianças e adolescentes em eventos comemorativos, como o Carnaval, trabalhando como ambulantes, em quiosques e distribuindo material de divulgação. A Agência Brasil

apurou que o comércio é o setor em que há mais focos de trabalho infantil no país.

“Grandes eventos são uma oportunidade para as famílias que trabalham na informalidade, quando, em muitos casos, as crianças acompanham para ajudar. Esse é um momento que favorece e expõe a criança a diversos tipos de situação, o que acaba propiciando a exploração ou a violência”, informou Isa.

Segundo ela, a presença de crianças e adolescentes em lixões e em locais de reciclagem é também intensificada nesses períodos. “Não podemos deixar que a falta de oportunidade e o fato de não ter onde deixar os filhos favoreçam as famílias a colocar os menores nesta situação de vulnerabilidade. É dever do poder público orientar e fiscalizar”, explicou a secretária.

“Quisemos nos unir e chamar a atenção da sociedade para que ela também fosse participante ativa nessa perspectiva do cuidado e da percepção dos direitos da infância. Podemos encarar as festas [de Carnaval] como celebrações, mas sem que se tornem espaços de violação e naturalização de certas condutas”, explicou a coordenadora da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), Perla Ribeiro.

Os estados e os municípios são encorajados pelas redes nacionais a se responsabilizar em distribuir o material informativo da campanha e disponibilizar policiamento nas áreas onde haverá festa de Carnaval.

Fazem parte do trabalho o FNPeti, a Anced, o Comitê Nacional de Enfrentamento

da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, a Rede Ecpat (sigla em inglês para Fim da Prostituição Infantil, da Pornografia Infantil e do Tráfico de Crianças com Finalidades Sexuais) e o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA).

A campanha também quer evitar a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos. A iniciativa das redes de proteção ainda está em fase de conclusão. Deverá ser realizada uma reunião em Brasília, até o final de janeiro, para debater as estratégias de divulgação.

Fonte: Agência Brasil I

Entenda a diferença entre abuso e exploração sexual

Quarta-feira, 24/01/2013

É muito comum que profissionais e pessoas que não lidam com a violência sexual no dia a dia se confundam no uso de definições e conceitos relacionados ao tema. Afinal, trata-se de um assunto complexo e pouco discutido.

Para entender a diferença entre abuso e exploração sexual, é importante considerar que eles são duas manifestações de um conceito mais amplo que é a violência sexual. Esta pressupõe o abuso do poder pelo qual crianças e adolescentes são usados para gratificação sexual de adultos, sendo induzidos

ou forçados a práticas sexuais. Trata-se de uma violação dos direitos humanos universais e dos direitos peculiares à pessoa em desenvolvimento, negando a ela o direito ao desenvolvimento sadio de sua sexualidade. Esses direitos são estabelecidos pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A violência sexual é atribuída a uma série de fatores sociais, culturais e econômicos. “Não existe uma causa única e nem uma relação de causa e efeito”, diz Itamar Gonçalves, gerente de programas da Childhood Brasil.

Veja as principais diferenças entre abuso e exploração sexual nas informações a seguir, extraídas do Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual.

Exploração sexual:

1. Pressupõe uma relação de mercantilização, na qual o sexo é fruto de uma troca, seja ela financeira, de favores ou presentes;
2. Crianças ou adolescentes são tratados como objetos sexuais ou como mercadorias;

3. Pode estar relacionada a redes criminosas.

Abuso sexual:

1. Não envolve dinheiro ou gratificação;
2. Acontece quando uma criança ou adolescente é usado para estimulação ou satisfação sexual de um adulto;
3. É normalmente imposto pela força física, pela ameaça ou pela sedução;
4. Pode acontecer dentro ou fora da família.

O abuso sexual

O abuso sexual pode acontecer dentro e fora do núcleo familiar, sendo conhecido como intrafamiliar e extrafamiliar, respectivamente, e pode se expressar de diversas maneiras.

Abuso sexual sem contato físico:

- corresponde a práticas sexuais que não envolvem contato físico, e pode ocorrer de várias formas:
- O assédio sexual caracteriza-se por propostas de relações sexuais por chantagem ou ameaça.
- O abuso sexual verbal pode ser definido por conversas abertas e/ou telefonemas sobre atividades sexuais, destinados a despertar o interesse da criança ou do adolescente ou a chocá-los.
- O exibicionismo é o ato de mostrar os órgãos genitais ou de se masturbar em frente a crianças ou adolescentes.
- O voyeurismo é o ato de observar fixamente atos ou órgãos sexuais de outras pessoas quando elas não desejam ser vistas.

- A pornografia é considerada abuso sexual quando uma pessoa mostra material pornográfico à criança ou ao adolescente.

Abuso sexual com contato físico:

corresponde a carícias nos órgãos genitais, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal. Essas violações podem ser legalmente tipificadas em atentado violento ao pudor, corrupção de menores, sedução e estupro. Existe, contudo, uma compreensão mais ampla de abuso sexual com contato físico que inclui contatos “forçados”, como beijos e toques em outras zonas corporais erógenas.

A exploração sexual

A exploração sexual é caracterizada pela relação sexual de uma criança ou adolescente com adultos, mediada pelo pagamento em dinheiro ou qualquer outro benefício.

Conheça as principais formas de exploração sexual:

A pornografia se configura como exploração sexual quando há produção, utilização, exibição, comercialização de material (fotos, vídeos, desenhos) com cenas de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes ou imagem, com conotação sexual, das partes genitais de uma criança.

O tráfico para fins sexuais é a prática que envolve cooptação e/ou aliciamento, rapto, intercâmbio, transferência e hospedagem da pessoa

recrutada para essa finalidade. O mais recorrente é que o tráfico para fins de exploração sexual ocorra de forma disfarçada por agências de modelos, turismo, trabalho internacional, namoro-matrimônio, e, mais raramente, por agências de adoção internacional.

A exploração sexual agenciada é quando há a intermediação por uma ou mais pessoas ou serviços. No primeiro caso as pessoas são chamadas rufiões, cafetões e cafetinas e, no segundo, os serviços são normalmente conhecidos como bordéis, serviços de acompanhamento, clubes noturnos.

A exploração sexual não-agenciada é a prática de atos sexuais realizada por crianças e adolescentes mediante pagamento ou troca de um bem, droga ou serviço.

Legislação:

§ O art. 227 da Constituição da República diz que é dever da família, da sociedade e do Estado colocar as crianças e os adolescentes a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. E o § 4º desse mesmo artigo obriga o Estado a punir severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ O art. 34 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil, obriga a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual, inclusive a exploração

em espetáculos ou materiais pornográficos. A Conferência Internacional sobre o Combate à Pornografia Infantil na Internet (Viena, 1999) pede que sejam consideradas crime, em todo o mundo, a produção, distribuição, exportação, transmissão, importação, posse intencional e propaganda de pornografia infantil.

§ O art. 201, VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente diz que compete ao Ministério Público zelar pelo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

§ O Código Penal prevê como crime o estupro (art. 213), o

atentado violento ao pudor (art. 214), a sedução (art. 217), a corrupção de menores (art. 218), a pornografia (art. 234).
Fonte: Childhood - Pela proteção da Infância

Fonte: Agência Brasil I

Após 6 anos de pressão do MPE, governo do Tocantins anuncia R\$ 8 mi para construção do Case de Araguaína

Sábado, 26 de Janeiro de 2013

Depois de seis anos de pressão do Ministério Público Estadual (MPE), parece que o centro socioeducativo no município de Araguaína vai se tornar realidade. O Estado do Tocantins anunciou nessa sexta-feira 25, que recebeu a doação de um terreno de aproximadamente 16 mil metros quadrados do município de Araguaína para a construção do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case).

Conforme a Secretaria Estadual de Comunicação (Secom), a capacidade da nova unidade será para o atendimento de até 42 adolescentes, principalmente da região norte do Estado. Segundo a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, atualmente são sete unidades socioeducativas no Estado, que dispõe de 181 vagas distribuídas nas regionais de Palmas, Araguaína e Gurupi e atende 103 adolescentes.

A nova unidade de Araguaína será importante, sobretudo, para a logística de atendimento na região norte, já que grande parte

das audiências judiciais são realizadas na cidade. “Além disso, o complexo irá contar com espaço para internação provisória e definitiva. Irá facilitar também o acesso às famílias que visitam os internos e favorecer o desenvolvimento de atividades externas”, afirma a superintendente de Proteção dos Direitos Humanos e Sociais da secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Vanessa Trígilio.

Ainda de acordo com a Secom, a obra será realizada com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 8 milhões. O projeto, que, também conforme a Secom, já se encontra em andamento na Secretaria de Infraestrutura, será apresentado à Instituição após a escrituração do imóvel em nome do Estado do Tocantins. A licitação da obra será autorizada após análise e liberação do projeto.

O Case atende adolescentes em conflito com a lei e oferece atividades de educação, profissionalização, lazer, esporte, além de

atendimento psicossocial e religioso. “Nós temos a parceria com o Sistema “S” e podemos oferecer uma grande quantidade de cursos. A finalidade é que esses jovens tenham condições de sair da unidade com uma profissão e sejam reinseridos na sociedade”, completa Vanessa.

Entenda

Como não alocou recursos para essa obra em 2012, no início de dezembro, o MPE solicitou outro bloqueio, de R\$ 10 milhões, do Fundo de Participação dos Estados (FPE) pelo não cumprimento de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que determina a realização do centro. O TAC foi assinado no dia 6 de agosto do ano passado e previa o remanejamento de R\$ 10 milhões no orçamento de 2012 para a construção da obra e que 6 de novembro seria o último prazo para a efetivação do processo licitatório, o que não teria ocorrido.

A Ação Civil Pública do MPE para implantação do centro socioeducativo foi ajuizada em janeiro de 2007, ainda no governo Marcelo Miranda (PMDB). Em junho do mesmo ano, a ação foi acatada e a Justiça deu o prazo de 12 meses para construção de uma unidade especializada para cumprimento de medida sócio-educativa.

O Estado recebeu a notificação no dia 12 de dezembro de 2007. Portanto, o prazo de 12 meses para resolver a situação começou a ser descumprido a partir do dia 13 de dezembro de 2008. Marcelo, conforme o MPE, “não tomou nenhuma postura efetiva para cumprir a decisão”.

Em novembro de 2008, a magistrada titular da Vara da Infância e Juventude de Araguaína confirmou a liminar, enfatizando o direito

dos adolescentes e de toda a sociedade de ter um centro socioeducativo. Em julho de 2010, já com Carlos Gaguim (PMDB) como governador, houve o trânsito em julgado da ação e o Tribunal de Justiça acabou por confirmar a sentença que determinava a construção do centro socioeducativo.

Em abril de 2011, o MPE chegou a pedir o bloqueio dos bens de Marcelo e Gaguim. No caso de Gaguim, os promotores cobravam o valor de R\$ 300.176,38 e de Marcelo Miranda, R\$ 97.773,18.

A juíza da Infância e Juventude de Araguaína, Julianne Freire Marques, determinou no dia 31 de julho do ano passado o bloqueio de R\$ 5.102.264,43 da conta do governo do Estado. A decisão, a pedido do Ministério Público Estadual, visava cumprir sentença judicial proferida em

2008 em face de Ação Civil Pública para obrigar o governo a construir o centro de internação para adolescentes autores de ato infracional na Comarca de Araguaína.

Além de bloquear os valores até o cumprimento da sentença, a Justiça determinou também ao secretário de Justiça e Direitos Humanos, Nilomar dos Santos Farias, que promova de imediato todos os atos administrativos necessários à construção e à implantação da Unidade de atendimento.

Fonte: www.PortalCT.com.br

Entidades encontram com senadores e promovem manifestação contra redução da Maioridade Penal em frente ao Senado

Quarta-feira, 30/01/2013

A apreciação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2012, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos no Código Penal Brasileiro nos casos de crimes hediondos, tráfico de drogas, tortura e terrorismo ou reincidência na prática de lesão corporal grave e roubo qualificado, não chegou a ser votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) na reunião da última quarta-feira (12/12).

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Lídice da Mata (PSB-BA) e Ana Rita Esgário (PT-ES) elaboraram um requerimento pedindo uma audiência pública em 2013, adiando, assim, a votação da proposta este ano. O objetivo é trazer mais argumentos que denunciem a inconstitucionalidade da PEC e a violação aos direitos da criança e do adolescente. A solicitação será apresentada na próxima quarta-feira (19), na

reunião deliberativa da CCJ.

Estiveram presentes representantes na reunião de quarta-feira (12), o Conselho Federal de Psicologia, CRP-06, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Fundação Abrinq, Instituto de Estudos Socioeconomicos (Inesc), Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Andi, Pastoral da Criança, Instituição Marista, Secretaria Nacional

de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA /SDH-PR), Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (DCA) e Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social Fé e Alegria.

Ato público

A Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança

e do Adolescente - Anced/ Seção DCI Brasil, com cerca de 20 entidades promoveram, no dia 12 uma manifestação em frente ao Senado Federal contra a PEC 33. A manifestação contou com o apoio do CFP e de várias entidades, entre elas: o Fórum Nacional DCA, da Fundação Abrinq, do Conanda, da Pastoral Nacional do Menor, do Conselho Federal de Serviço

Social (CFESS), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e Aldeias Infantis.

Fonte: Conselho Federal de Psicologia

Atuações

Promotor de Justiça da Capital pede vistoria educacional em CMEI da Capital

Após denúncia de irregularidades no Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Aconchego em Palmas, o Promotor de Justiça da Capital solicitou ao Centro de Apoio

Operacional às Promotorias da Infância e Juventude - CAOPIJ, a realização de vistoria no CMEI, localizado no Aurenny IV, em Palmas – TO. O relatório circunstanciado da vistoria

irá subsidiar a atuação da Promotoria, buscando assegurar às crianças e funcionários do CMEI condições adequadas de aprendizagem e de trabalho.

Coordenação do CAOPIJ solicita ao TJ do Tocantins informações sobre Programas de preparação psicossocial e jurídica para adoção no TO.

O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza em seu artigo 197-C, §1º, a obrigatoriedade de participação dos postulantes à adoção, em programas oferecidos pela Justiça da Infância e Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à Convivência familiar, que inclua preparação psicológica, orientação

e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. Diante do exposto, o Coordenador do CAOPIJ solicitou a Presidência do TJ informações relativas a execução do Programa nas Comarcas do Estado. De acordo Sidney Fiori Júnior, coordenador do CAOPIJ, “a participação em tal programa se faz necessária

para garantir aos adotantes e adotados, maior segurança nas escolhas e decisões, que como sabemos repercutirão por toda vida”. Ademais, ressaltou “a participação no referido curso é etapa obrigatória para a inscrição no Cadastro de Adoção, certo de que os interessados não podem ser prejudicados pela omissão estatal”.

Promotoria de Justiça solicita informações sobre o Conselho de Direitos da Criança e Adolescente e Conselho do FUNDEB em Araguaína

A 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, fundamentada no art. 129, IX, da CF/88 e art. 201, XI, do ECA e, considerando que os Conselhos Municipais possuem relevante importância no cenário nacional, em especial quanto ao controle social, e, ainda, que recorrentemente, em início de novas gestões municipais, os Conselhos se desintegram, requisitou informações ao Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente

(CMDCA) e ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Conselho do FUNDEB), afim de verificar a situação de funcionamento dos mesmos em Araguaína.

Segundo o Promotor de Justiça Sidney Fiori, “é fundamental a fiscalização ministerial para que tais conselhos existam e realmente se organizem a ponto de

efetivamente controlarem e fiscalizarem o Poder Público”. Ainda de acordo com o Promotor, “a partir das respostas, poderemos expedir recomendações aos Prefeitos quanto à estrutura a ser assegurada a estes conselhos e aos presidentes dos Conselhos para que se reúnam com a frequência estipulada no Regimento Interno destas entidades”.

Participações

CAOPIJ participa do Seminário Primeira Infância realizado em Palmas – TO

Analistas do CAOPIJ, Cleivane Peres Reis e Julane Marise Gomes, participaram no dia 12 de Dezembro do Seminário Primeira Infância: promoção, proteção e garantia de direitos da criança de 0a 6 anos, realizado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) Tocantins, em articulação com a Secretaria Estadual de Saúde, e apoio do UNICEF.

O Seminário teve como principal objetivo apresentar os resultados das ações que foram empreendidas no âmbito no Estado do Tocantins, voltadas à promoção, proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes, assim como reconhecer os Municípios tocantinenses que mais avançaram frente os

compromissos assumidos com a Agenda Criança Amazônia. Objetivava, ainda, dar início ao processo de construção do Plano Estadual Tocantinense pela Primeira Infância.

Em dezembro de 2010, o Plano Nacional pela Primeira Infância, foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). O Plano é uma diretriz para uma política pública para a primeira infância, que propõe ações amplas e articuladas de promoção e realização dos direitos da criança de até 6 anos de idade nos próximos 12 anos. De lá para cá, organizações integrantes da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) – que também foram responsáveis pela elaboração do Plano

Nacional – vêm desenvolvendo esforços visando à construção de Planos estaduais e municipais pela Primeira Infância. Para a servidora Cleivane Reis “o seminário contribuiu para chamar atenção para necessidade de mobilização e fortalecimento das ações e estratégias que envolvam as políticas sociais básicas para o desenvolvimento integral na primeira infância, ilustrando de modo particular, o lugar de quase invisibilidade que a primeira infância historicamente vem ocupando nas políticas públicas e o lugar de prioridade absoluta que ela deve ocupar, enquanto sujeito de direitos”.

Jurisprudências

MANDADO DE SEGURANÇA - MATRÍCULA EM ESCOLA INFANTIL POR RECOMENDAÇÃO MÉDICA - MENOR PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS - DIREITO LÍQUIDO E CERTO. É ilegal o ato de autoridade educacional que nega a matrícula de menor portador de necessidades especiais, por recomendação médica, para complementar o seu tratamento e propiciar-lhe o desenvolvimento da linguagem e da socialização. Tem o menor direito a um atendimento que possibilite o seu tratamento de forma adequada -- ou estará ferido o direito à vida e os princípios da isonomia e da igualdade de condições. (TJ-MG – Apelação n. 1.0223.07.21282. Comarca de Divinópolis. Desembargador Relator Wander Marotta. 28/03/2008).

HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO ROUBO CIRCUNSTANCIADO. APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA. 1. Nos termos do art. 122, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente, é possível a aplicação da medida socioeducativa de internação na hipótese de ato cometido com violência. 2. Ainda que assim não o fosse, o Juiz da Infância e da Juventude, ao fixar a medida de semiliberdade, justificou motivadamente sua necessidade, especialmente em razão do comportamento desajustado do Paciente, de sua personalidade voltada para a prática de atos equiparados a crimes e falta de estrutura familiar. 3. Ordem de habeas corpus denegada. (STJ; HC 241.110; Proc. 2012/0089107-0; SP; Quinta Turma; Relª Minª Laurita Vaz; Julg. 16/08/2012; DJE 27/08/2012)

RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO POSTERIOR À PROLAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. PRECLUSÃO. ART. 239, ECA. CRIME FORMAL. 1. Não há falar em denúncia inepta quando a redação da peça inaugural é clara, dela depreendendo-se facilmente os fatos pelos quais a ré é acusada. 2. Após a prolação da sentença condenatória, não há que se falar em correção da inicial, tampouco em arquivamento da ação penal por inépcia da denúncia, estando precluso o exame do tema, visto que eventual nulidade deverá, agora, ser arguida contra a sentença. 3. O delito tipificado no art. 239 do Estatuto da Criança e do Adolescente é formal, porque consuma-se com a simples conduta de auxiliar na efetivação de atos destinados ao envio de criança ao exterior, sem a observância das formalidades legais ou com a finalidade de obter lucro, não sendo exigido o efetivo envio do menor ao exterior. 4. Recurso Especial a que se nega provimento. (STJ; REsp 1.023.002; Proc. 2008/0011148-1; PE; Sexta Turma; Relª Minª Alderita Ramos de Oliveira; Julg. 09/08/2012; DJE 27/08/2012)

HABEAS CORPUS. ECA. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. MENOR REINIDENTE NA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL. DESPACHO QUE MANTEVE A MEDIDA EXTREMA. PROGRESSÃO PARA O REGIME DE SEMILIBERDADE. PROVIDÊNCIA NÃO RECOMENDÁVEL POR ORA. 1. O sistema judwin evidencia a existência de várias representações ministeriais em desfavor do paciente, nas quais foram aplicadas as medidas socioeducativas informadas pela autoridade coatora. 2. Importa ressaltar que a unificação de medidas, nos termos do art. 45 da lei nº 12.594/2012, não descaracteriza a reincidência infracional. Ou a reiteração, conforme a circunstância. 3. As sucessivas representações contra o paciente se explicam pela sua contumácia em praticar atos infracionais. Por isso, medidas mais brandas, a exemplo da semiliberdade, não devem ser aplicadas, ao menos por enquanto. 4. A execução da medida de internação está em curso há pouco mais de 1 (um) ano, sendo que a lei prevê o período máximo de 3 (três) anos. 5. Ademais, não convém aplicar medida socioeducativa mais brada do que a necessária e suficiente para a reeducação dos menores,

sob pena de deixar a sociedade e os próprios adolescentes desprotegidos dos mais diversos delitos, que tão frequentemente são perpetrados em nosso país. 6. Ordem denegada. Decisão unânime. (TJPE; HC 0011221-15.2012.8.17.0000; Segunda Câmara Criminal; Rel. Des. Antônio Carlos Alves da Silva; Julg. 25/07/2012; DJEPE 02/08/2012; Pág. 135)

ECA. ATO INFRACIONAL. REPRESENTADO CONDENADO CRIMINALMENTE A CUMPRIR PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. EXTINÇÃO DA REPRESENTAÇÃO. CABIMENTO. EXEGESE DO ART. 46, INCISO III, DA LEI Nº 12.594/2012. Tendo em vista que o representado foi condenado criminalmente pela prática de tráfico de entorpecentes, a cumprir pena privativa de liberdade em regime fechado, é de rigor a extinção da representação, nos termos do art. 46, inciso III, da Lei nº 12.594/12. Negado seguimento. Em monocrática. (TJRS; AC 314884-34.2012.8.21.7000; Três de Maio; Oitava Câmara Cível; Rel. Des. Rui Portanova; Julg. 15/08/2012; DJERS 20/08/2012)

MEDIDA DE PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE - EXPULSÃO DO ALUNO - TRANSFERÊNCIA COMPULSÓRIA - ATOS DE INDISCIPLINA, VIOLÊNCIA E DESRESPEITO - DIREITO EDUCAÇÃO PRESERVADO. Se o Regimento Escolar da instituição de ensino prevê o cancelamento da matrícula do aluno, por infração grave devidamente apreciada pelo Colegiado, é legítima a transferência compulsória do aluno. O aluno que pratica atos reiterados de indisciplina, violência, insubordinação e desrespeito com o corpo docente e com os colegas, comete uma infração grave, o que autoriza, após a reunião do órgão colegiado, sua transferência compulsória para outra entidade de ensino, restando, pois, respeitado o direito à educação. (Número do processo: 1.0040.07.065844-4/001(1) Número CNJ: 0658444-73.2007.8.13.0040 - Relator: Dárcio Lopardi Mendes - Data do Julgamento: 17/04/2008 - Data da Publicação: 08/05/2008 – TJMG).

ECA. ATO INFRACIONAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. REITERAÇÃO. INTERESSE PROCESSUAL. 1. Há interesse processual do estado no esclarecimento dos fatos e na imposição da medida socioeducativa, que visa promover a reeducação do infrator, ainda que já seja penalmente imputável e ainda que esteja respondendo agora a processo criminal. 2. Cada processo é único e as medidas podem ser impostas inclusive de forma cumulativa, sendo irrelevante o fato de estar em curso algum processo crime, pois o sistema nacional de atendimento socioeducativo (sinase) regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional e não contém qualquer norma impeditiva à apuração de nova prática infracional ou de aplicação de novas medidas socioeducativas, quando não se verificam as hipóteses do art. 46 da Lei nº. 12.594/2012. 3. A norma insculpida no art. 46, §1º, confere à autoridade judiciária a possibilidade de decidir sobre a eventual extinção da execução, cientificando da decisão o juízo criminal competente, que o jovem, maior de 18 anos, estiver cumprindo medida socioeducativa e passar a responder a processo-crime, mas não enseja a extinção automática do procedimento para apuração de ato infracional. 4. Sendo o infrator pessoa que vem revelando conduta que se afasta dos padrões exigidos pela sociedade, praticando reiteradamente atos infracionais, a apuração do novo ato infracional e eventual aplicação de medida socioeducativa poderá até mesmo ser necessária para traduzir a censurabilidade social pelo comportamento desenvolvido, tendo inequívoco propósito de reeducar o infrator, para que brevemente não se torne inquilino assíduo do sistema prisional do estado. 5. A pura e simples extinção do procedimento para apuração de ato infracional poderá ensejar até perigoso estímulo para que os infratores, que tenham atingido a imputabilidade penal e tenham praticado algum ato infracional grave, que possa justificar eventual medida de internação, pratiquem algum crime brando para que sejam presos em situação de flagrância ou, mesmo, que venham a responder processo crime para serem premiados com a extinção do procedimento regido pelo ECA. Recurso provido. (TJRS; AC 256001-94.2012.8.21.7000; São Marcos; Sétima Câmara Cível; Rel. Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves; Julg. 25/07/2012; DJERS 31/07/2012)

Para refletir



Centro de Apoio Operacional às Promotorias
da Infância e Juventude - Caopij

Coordenador

Sidney Fiori Júnior - Promotor de Justiça

Equipe Técnica

Brunno Rodrigues da Silva

Cleivane Peres dos Reis

Haidê Soares Moreira Santos

Julane Marise Gomes da Silva

Mônica Pereira Brito

Silvia Maria Albuquerque Soares

Contatos

Tel.: (63) 3216-7638/ Faz.: (63) 3216-7670

E-mail.: caopij@mp.to.gov.br